

Governo prepara emendas para conter déficit

O Governo está convencido da necessidade de apresentar, ele próprio, emendas à Constituição para garantir a eliminação do déficit público. Entre as iniciativas em estudos no Executivo figuram a desvinculação das receitas, principalmente aquelas dirigidas para educação, a sugestão de uma contribuição social e a criação de um fundo que financie obras e ações de responsabilidade da União, estados e municípios, nos moldes do extinto Fundo Nacional de Obras. Este fundo congregaria os recursos que hoje compõem as transferências voluntárias do Governo.

Para contornar as distorções na área de pessoal, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pretende alterar algumas normas do regime jurídico único do funcionalismo. A idéia é desvincular as pensões dos inativos da remuneração da ativa, suspendendo o pagamento das "gratificações por atividade" dos aposentados do setor público ou impedindo que estes sejam promovidos no momento da aposentadoria.

"Não é possível que os servidores recebam os dois", argumentou um especialista da área econômica, lembrando que o benefício da promoção se aplicava unicamente aos militares, cujos proventos ficavam defasados depois da aposentadoria. O Governo espera ainda ver aprovada durante a revisão constitucional uma mudança no sistema previdenciário.